

**HABEAS CORPUS Nº 459.502 - SP (2018/0175367-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : LOURENCO LUQUE  
**ADVOGADO** : LOURENÇO LUQUE - SP187972  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : E DE A F (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU LIMINAR. SÚMULA 691/STF. SUPERVENIÊNCIA DE JULGAMENTO DO MÉRITO DA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. PREJUDICIALIDADE. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO JUDICIAL. *Writ* prejudicado.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **E de A F** contra decisão que indeferiu liminar no *writ* originário, proferida por Desembargador Relator da Sétima Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Pretende o impetrante, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do réu, acusado da prática do delito de estupro de vulnerável.

O pedido de liminar foi indeferido pela Presidência desta Corte (fls. 39/40).

Prestadas as informações (fls. 68/76), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (fls. 78/84).

É o relatório.

Como se vê, o presente *writ* foi impetrado contra decisão monocrática que indeferiu medida liminar no *habeas corpus* originário.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte Superior, na esteira da Súmula 691 do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator que indefere liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Ocorre que, segundo informações obtidas do endereço eletrônico do Tribunal de Justiça, o mérito do *writ* originário foi apreciado em 29/10/2018, tendo a ordem sido denegada.

Dessa forma, a jurisprudência desta Corte entende que a superveniência *do julgamento do mérito do habeas corpus impetrado perante o Tribunal de origem prejudica o writ aqui manejado, no qual é impugnada decisão monocrática que indeferiu o pedido de liminar* (HC n. 379.917/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 5/4/2017).

No mesmo sentido: AgRg no HC n. 287.171/ES, Ministro Ericson Maranhão, Desembargador Convocado do TJ/SP, Sexta Turma, DJe 12/12/2014.

Urge ressaltar ademais, que o referido portal eletrônico noticia que, em 10/1/2019, nos autos da Ação Penal n. 0001070-66.2018.8.26.0537, foi proferida sentença condenando o paciente à pena de 10 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão, em regime fechado, pela prática do delito tipificado no art. 217-A do Código Penal, por duas vezes, em continuidade delitiva.

Como é cediço, a superveniência de sentença penal condenatória, por constituir novo título judicial a embasar a constrição cautelar do acusado, torna prejudicado o exame de *writ* que questiona decreto de prisão preventiva anterior (HC n. 365.344/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 28/8/2017).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

